

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

AES ELPA S.A.

Prezados Acionistas,

A Administração da AES Elpa S.A. ("AES Elpa" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Perfil

A AES Elpa é constituída como uma sociedade por ações de capital aberto que tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia possui o controle acionário da empresa Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo") com 77,81% das ações ordinárias e 30,97% do capital total. Por sua vez, a AES Elpa é controlada pela Companhia Brasileira de Energia que detém 98,26% de seu capital total.

Desempenho Econômico-Financeiro

O lucro líquido apurado em 2013, no valor de R\$ 13,8 milhões, reflete principalmente o resultado positivo da sua controlada AES Eletropaulo, parcialmente compensado pela amortização dos ativos intangíveis da concessão.

Os ganhos de equivalência patrimonial reconhecidos são explicados pelo desempenho da controlada AES Eletropaulo, que apresentou lucro líquido de R\$ 198,2 milhões em 2013, ante lucro líquido de R\$ 55,0 milhões em 2012, um crescimento de 260,2%. Os principais fatores que explicam a variação no desempenho da subsidiária são:

- (i) R\$ 158,4 milhões devido ao efeito combinado do crescimento do mercado, tarifa e eficiência com perdas;
- (ii) recebimento de recursos da CDE, no montante de R\$ 505,9 milhões, referente à CVA (custos de compra de energia e ESS) incorridos em 2012 e recebidos no segundo trimestre de 2013, sendo o efeito líquido de R\$ 411,9 milhões;
- (iii) redução de R\$ 79,6 milhões com PMSO gerenciável, devido principalmente à:
 - a. redução de 5,8% nas despesas com pessoal e encargos, como resultado da reestruturação do quadro de colaboradores e do programa de incentivo à aposentadoria, efetuados no segundo semestre de 2012, compensados pela internalização de colaboradores e pelo reajuste salarial;
 - b. redução de 11,1% nas despesas com materiais e serviços de terceiros, como resultado do Plano de Ação 2011-2012 e da internalização das turmas de emergência e combate à fraude no primeiro trimestre de 2013, parcialmente compensadas pelo aumento com serviços de corte e religa e manutenção de frota;
 - c. aumento de 36,8% nas despesas com entidade de previdência privada, resultado da alteração contábil (CPC 33 - R1) que modificou a taxa de desconto;
- (iv) redução de 3,7% em outras despesas operacionais decorrente principalmente, da reversão de PCLD realizada no período, no valor de R\$ 70,6 milhões;

Parcialmente compensados:

- (i) efeito negativo de R\$ 365,0 milhões devido à amortização do passivo regulatório formado em função da postergação, pela Aneel, da revisão tarifária; e
- (ii) maiores despesas com Fundação Cesp, da ordem de R\$ 90,8 milhões.

Remuneração aos acionistas

Em vista do resultado apresentado acima e das estimativas de geração de caixa, a administração da Companhia propõe a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, face à apuração de lucro líquido no montante de R\$ 13,8 milhões, que acrescido do ajuste de avaliação patrimonial (R\$ 14,1 milhões) e dos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de controladas (R\$ 2,2 milhões) e deduzida a constituição de reserva legal (R\$ 1,4 milhão) e a reserva estatutária (R\$ 13,6 milhões), perfaz um total a destinar de R\$ 10,0 milhões.

As destinações acima serão propostas à Assembleia Geral da Companhia, a qual está prevista para ocorrer até 30 de abril de 2014, quando também será deliberada: (i) a ratificação dos dividendos intermediários aprovados pelo Conselho de Administração, no valor de R\$ 5,0 milhões; e (ii) a aprovação da proposta de dividendos complementares, no valor de R\$ 10,0 milhões e definição da sua data de pagamento.

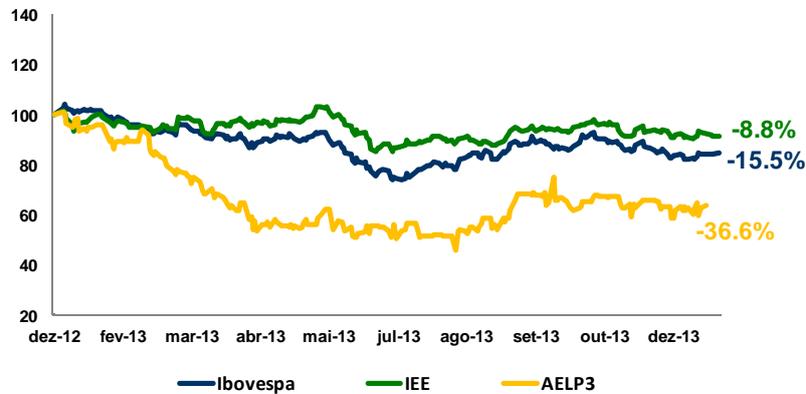
Dividendos 2013 (R\$ milhões)	
Lucro Líquido do exercício - 31/12/2013	13,8
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	14,1
Dividendos e JSCP prescritos	2,2
Constituição de Reserva Legal (5%)	(1,4)
Base para distribuição de dividendos	28,6
Dividendos intermediários já distribuídos	(5,0)
JSCP já destinados - 31/12/2013	-
Dividendos propostos	10,0
Reserva estatutária	(13,6)

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da AES Elpa (AELP3) encerraram 2013 cotadas a R\$ 9,24, uma queda de 36,6%, enquanto o Ibovespa desvalorizou 15,5% e o IEE (Índice de Energia Elétrica) desvalorizou 8,8%. A ação ordinária da Companhia foi negociada em 213 dos 248 pregões realizados na BM&FBovespa ao longo do ano. As ações da AES Eletropaulo desvalorizaram 44,3% em 2013 e refletiram diretamente na desvalorização das ações da Companhia.

Os dados de liquidez mostram a realização de 1.635 negócios, envolvendo cerca de 1.1 milhões de ações ordinárias, com volume médio diário de R\$ 51,6 mil no mercado à vista. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado da AES Elpa era de R\$ 878,4 milhões.

AES Elpa x Ibovespa x IEE



1 - Índice - 28/12/2012 = 100

Serviços de Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2013, a Aes ELPA utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria, em adição à auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações semestrais.

(i) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 16 de julho de 2013.

O valor total do serviço descrito acima soma R\$ 10.495,00 (dez mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) e equivale a 40,6% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2014.